

Jornal	Data	Caderno	Página
O DIÁRIO	14 e 15/05/2017	ANO XLIII Nº13.220	5

UEM e UEL vão à Justiça

As universidades estaduais de Maringá (UEM) e Londrina (UEL) vão ingressar amanhã no Tribunal de Justiça contra a determinação do governo do Estado de utilizar o sistema Meta 4 para a gestão de recursos humanos. As outras cinco estaduais devem seguir o exemplo. A decisão foi tomada em Londrina, onde todos os Conselhos Universitários e reitores se reuniram na quinta-feira, fato inédito.

Governo e instituições de ensino superior estão com relações abaladas há pelo menos três anos, quando tiveram início os cortes bruscos no custeio. A UEM recebia R\$ 24,5 milhões em 2015, valor que caiu para R\$ 14 milhões em 2017. Segundo o reitor Mauro Baesso, o dinheiro não paga nem as contas de água e energia. O ápice da crise foi o prazo de 11 de maio para o envio dos dados de adesão ao Meta 4, usado para gestão de salários desde 2012.

Os conselhos universitários elaboraram o documento Carta de Londrina, em que se colocam contra as medidas do governo, consideradas um ataque à autonomia universitária garantida pela Constituição. "O diálogo com o governo está praticamente interrompido. As medidas que têm sido tomadas, a sua maioria sem base legal, têm trazido grandes dificuldades para as universidades. Tomamos um posicionamento político, pedindo inclusive o apoio da sociedade, para que o governo entenda que as universidades estão sob risco", declarou Mauro Baesso.

Um dos argumentos usados pelo Estado para o Meta 4, considerado "falácia" pelas estaduais, é a transparência. "Se falta transparência é sobre como e quanto o Estado paga por este sistema de folha de pagamento que pertence a uma empresa espanhola e quanto teve que investir para poder incorporar os servidores das universidades", chama a atenção a Carta de Londrina. O reitor da UEM avalia que o sistema é arcaico e um melhor poderia ser criado, sem custos, pelas próprias universidades.

Outro ponto de atrito diz respeito ao Tempo Integral de Dedicção Exclusiva, valor extra que o professor recebe para trabalhar apenas na universidade mediante cumprimento de regras de produtividade. O governo quer transformar o regime de trabalho em gratificação, medida também rechaçada pelos servidores. "É dar poder político para o Estado decidir quem vai ter ou não o TIDE", apontou o reitor.



**FACULDADE INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DO PARANÁ**

HEMEROTECA

Jornal O DIÁRIO	Data 14 e 15/05/2017	Caderno ANO XLIII Nº13.220	Página 5
--------------------	-------------------------	-------------------------------	-------------

O diretor-geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Décio Sperandio, afirmou que a pasta aguarda o protocolo oficial da Carta de Londrina. "Esse é um sistema que processa a folha de pagamento de todo o funcionalismo. É uma posição de uniformizar esse tratamento", defendeu.

Sperandio já foi reitor da UEM. Questionado se adotaria o Meta 4, preferiu não dar sua opinião pessoal. "Qualquer que seja o sistema de processamento, tem que ser executado em cima da legislação vigente", colocou, descartando que a mudança trará prejuízos às carreiras dos servidores.